

RELATÓRIO:

Seminário sobre Reforma Agrária no Semi-árido Baiano

28 a 30 de maio

Centro de Treinamento Vargem da Cruz, Juazeiro Bahia

45 Participantes:

Representantes de assentamentos da Região

Entidades Populares e um órgão do Governo (CDA)

O objetivo do seminário foi a análise da situação fundiária do Semi-árido baiano, detectar os problemas e suas origens, conhecer e aprofundar a realidade do clima e dos solos, bem como elaborar propostas para futuros assentamentos e soluções para os existentes.

Aprofundamos a história da ocupação do Semi árido. Desde os tempos da colonização, o Semi-árido atendeu a interesses externos. Por exemplo, a instalação de currais de criação de gado serviu para fornecer carne, couro e força de tração para os plantios de cana de açúcar no litoral. O consequente estabelecimento de grandes latifúndios deu início à desastrosa distribuição fundiária, vigente até hoje, que excluiu o homem e a mulher que efetivamente trabalha a terra e cuida dos animais.

O conjunto história-ambiente e as diversas etnias componentes moldou uma população com especificidade própria e diversa de outras regiões do país. As expressões de cultura, seja do lado dos detentores do poder, seja da população marginalizada, são um espelho vivo disso.

A escola do Semi-árido e aquilo que o aluno e a aluna lá encontram, se revela como uma das causas principais da migração e da sensação "o Nordeste não tem jeito". Em termos construtivos os prédios são, na maioria das vezes, inadequados para as condições climáticas quentes. Por outro lado, o ensino e os livros didáticos falham, não somente por falta de contextualização, mas ainda, por apresentarem o Semi-árido como região feia, de morte, quase um deserto. Os professores e professoras desconhecem as particularidades da região semi-árida, devido a própria formação incompleta nas universidades, que não incluiu tal temática no currículo).

O Semi-árido, expressa diversas realidades, na verdade temos muitos "Semi-áridos", mas todas as variações se caracterizam climaticamente pela irregularidade da chuva, seja no tempo, seja na distribuição geográfica, pela

evaporação até seis vezes superior à precipitação e pelas altas temperatura durante o ano todo.

Os solos são de uma maneira geral de baixa fertilidade. Mas tudo isto em nada impede uma atividade humana bem sucedida e lucrativa, desde que se conheçam as características de cada região e se desenvolvem as atividades de vida e de produção humana, conforme a vocação do solo e do microclima. Para um melhor conhecimento disto trabalhamos o Zoneamento Agroecológico¹ desenvolvido pela Embrapa e trechos do livro "Subsídios para formulação de um programa de convivência com a seca no Semi-árido brasileiro"², também da Embrapa.

A análise mostrou que as propriedades no Semi-árido Brasileiro necessitam, de antemão de uma superfície bem maior do que em regiões de clima mais chuvoso, para poder garantir a produção, mesmo em períodos chamados de seca. Um trecho no texto causou especial inquietação entre os/as participantes, pois foi algo até então desconhecido: *"Nas áreas da Depressão Sertaneja, as mais secas do Semi-Árido, onde a criação extensiva de caprinos constitui a alternativa predominante, são necessários pelo menos de 200 a 300 hectares para manter, em condições semi-extensivas, um rebanho de corte com 300 matrizes. Trezentas matrizes representam o rebanho mínimo estimado de matrizes a partir do qual seria possível viabilizar a reprodução e a acumulação dos meios de produção de uma família. Os dados oficiais de estrutura fundiária do Nordeste, contudo, mostram que cerca de três quartos dos estabelecimentos nessas áreas possuem áreas inferiores a 50 hectares (de baixo potencial agrícola), embora não ocupem mais de um terço da área total. Apenas 2% deles possuem áreas acima de 500 hectares. Em situações como essa torna-se difícil, senão impossível, conciliar atividade econômica com preservação ambiental."* - referindo-se à Depressão Sertaneja, região de extensão maior, mas também de maiores limitações dentro do Semi-árido Brasileiro.

O Fundo de Pasto, forma tradicional e legalmente reconhecido, de manter coletivamente áreas de pastoreio, sendo usado a caatinga como pasto nativo, tem se mostrado o sistema de produção mais ecológico e seguro e, como resultado significativo, diminui a quantidade de terra necessária por família, já que não existem divisórias e os animais podem se movimentar livremente procurando as manchas onde a chuva já fez brotar o pasto. Infelizmente, o Incra tem colocado obstáculos em realizar assentamentos em forma de Fundo de Pasto.

Além de discutir possíveis formas de assentamento (áreas irrigadas, Fundos de Pasto ...) nas terras semi-áridas, foi analisada também a situação dos agricultores/as e criadores/as que já se encontram na terra. Via de regra,

¹ Download d: http://www.uep.cnps.embrapa.br/zoneamentos_zane.php

² Subsídios para Formulação de um Programa de Convivência com a seca no Semi-Árido Brasileiro; Clovis Guimarães Filho; Paulo Roberto Coelho Lopes; Petrolina, PE: Embrapa Semi-Árido; 2001 - Embrapa Semi-Árido. Documentos; 171

estes possuem pouca terra, para estabelecer uma propriedade viável nas condições de semi-aridez. A estes deve ser dada a prioridade em programas de Reforma Agrária e reordenamento fundiário.

Em outro bloco de assunto foi dada ênfase aos produtos nativos da Caatinga, ao seu beneficiamento e comercialização, ao exemplo do umbu e maracujá do mato, que podem representar um significativo complemento de renda, além de não necessitar para sua produção irrigação e insumos químicos sintéticos.

Conclusões elaboradas pelos participantes:

- Como exigência de justiça social, do equilíbrio ecológico do bioma Caatinga e em vista do sucesso econômico do Semi-árido Brasileiro, é indispensável a redistribuição das terras do latifúndio e destinar as terras devolutas aos produtores familiares, seja em forma individual e/ou Fundo de Pasto.
- O levantamento das terras, a ação discriminatória, conforme à Constituição de 1988 (que era para ser concluído em cinco anos) deve ser reiniciado e levado a um resultado final.
- O INCRA, antes de desapropriar um área, precisa verificar a legalidade da escritura apresentada, para não comprometer o orçamento com pagamentos de terras, que na verdade nem pertencem ao suposto dono.
- A desapropriação de terras abaixo de 15 módulos fiscais deve ser considerada.
- O Zoneamento Agroecológico (ZANE) deve ser feito, numa ação conjunta dos órgãos governamentais e entidades populares, em vista da Reforma Agrária, para determinar o tamanho de terra necessário em cada região, em vista do binoma solo - precipitação e especificar o tipo de atividade produtiva mais recomendada.
- O INCRA deve elaborar, em conjunto com as associações, entidades e movimentos populares, critérios próprios para os assentamentos no Semi-árido Brasileiro.
- Em relação a assentamentos novos, deve ser dada prioridade absoluta para as famílias que já moram na área rural do município ou na vizinhança e que não possuem terra ou de tamanho insuficiente.
- Considerar a cultura do povo e a subjetividade de cada indivíduo é, com certeza, um desafio para a assessoria e assistência técnica. Porém não é somente uma questão de respeito às pessoas e comunidades mas, o básico dos fundamentos, indispensáveis para o sucesso de um assentamento, seja em termos de formação de grupo, seja em termos econômicos.
- A ATER precisa partir da realidade de cada assentamento e planejá-lo individualmente, conforme às características locais. Antes, porém, os técnicos precisam ser treinados para conhecer os princípios da

Convivência com o Semi-árido, sem a qual não há sucesso nos estabelecimentos agro-pecuários.

- A educação escolar, de jovens e adultos, precisa atender, não somente ao meio rural, mas também à realidade do Semi-árido. Precisa ser contextualizada.
- A infra-estrutura dos assentamento precisa de um melhor planejamento e execução. Muitas vezes, poderia atingir melhor qualidade nas construções, como por exemplo: as casas.
- Os critérios e as modalidades do crédito agropecuário devem ser radicalmente revisados, modificados e adaptados à realidade do Semi-árido, onde por exemplo a ocorrência de um fracasso de safra, (caso de seguro safra) não é, muitas vezes, um acidente climático, mas a consequência de um crédito mal executado.

Avaliação final:

- Os/as participantes expressaram a importância do evento pois reforçaram os estímulos para se organizar melhor e seguir na luta – mas que a discussão precisa continuar em eventos semelhantes e também dentro dos próprios assentamentos.
- Estudantes do curso de técnico em agropecuária que participaram do Seminário, agradeceram pela oportunidade, mas lamentaram que na escola Agrotécnica nada se posiciona sobre estes assuntos.
- O Seminário deixou evidente o quanto a ação do Governo é falha e desproporcional à realidade do Semi-árido.
- Foi levantada a necessidade de criar fóruns de debates nos Estados para discutir e aprofundar este assuntos, junto a representação dos órgãos governamentais responsáveis.
- O CDA recebeu elogios pela participação construtiva do seu participante mas, foi lamentada a ausência de uma representação do INCRA.
- Os participantes se mostraram muito preocupados, de um lado, com a interrupção aparente do programa da Reforma Agrária e, do outro, com a crescente violência contra famílias rurais, expulsão e espancamento por parte de pistoleiros e supostos donos de terra.

Juazeiro, 2 de junho de 2008